



C.M.V.
Proc. Nº 5016 / 2021
Fls. 01
Resp. 08

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

LIDO EM SESSÃO DE 30 / 11 / 2021.

Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):

- Justiça e Redação
- Finanças e Orçamento
- Obras e Serviços Públicos
- Cultura, Denominação e Ass. Social
- C.D.D.H.

PROJETO DE LEI N.º 232 / 2021.

Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa "Por uma infância sem racismo", no município de Valinhos e dá outras providências.

Presidente
Franklin Duarte de Lim
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

EXMO SENHOR PRESIDENTE

SENHORAS VEREADORAS E SENHORES VEREADORES

O Mandato DiverCidade, representado pelo vereador **Marcelo Sussumu Yanachi Yoshida**, apresenta, nos termos regimentais, o Projeto de Lei que "**Dispõe sobre a criação do Programa 'Por uma infância sem racismo', no município de Valinhos e dá outras providências.**", para apreciação em plenário, requerendo sua aprovação e remessa à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Valinhos, **Lucimara Godoy Vilas Boas**, nos termos que segue:

JUSTIFICATIVA

A presente proposição espelhou-se na campanha construída e efetivada pela UNICEF, na qual figura como principal objetivo, alertar para os impactos sofridos por milhares de crianças e adolescentes que são vítimas da prática atroz de racismo.

Desta maneira, efetivar a prática de uma infância sem racismo é uma das formas de efetivar a equidade em nosso tecido social e a igualdade étnica racial já durante a infância.

Sabemos que há um desafio imenso em relação à efetivação de direitos e à práticas que não incorram em discriminações negativas, contudo é necessário que o Poder Público não se exima e auxilie no combate ao racismo e na defesa de uma sociedade livre desta prática perversa e criminosa.

Acreditamos no caráter emancipador que a educação pode ter e que, através das ferramentas pedagógicas existentes, é possível desfazer nós instaurados por pensamentos pré-concebidos baseados em estereótipos racistas.

PROJETO DE LEI

Nº 232 / 2021

LEI Nº 232 DE 2021, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO", NO MUNICÍPIO DE VALINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

4829/2021



C.M.V.
Proc. Nº 5016 / 2021
Fls. 02
Resp. 08

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

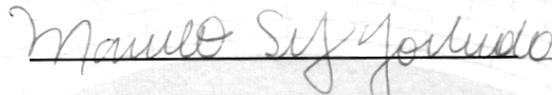
ESTADO DE SÃO PAULO

Em uma sociedade racista, não basta não sermos racistas. É necessário que sejamos antirracistas (Angela Davis).

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Valinhos, 29 de novembro de 2021.

a



Marcelo Sussumu Yanachi Yoshida

Vereador PT



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI N.º _____ /2021.

Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa “Por uma infância sem racismo”, no município de Valinhos e dá outras providências.

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita do Município de Valinhos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Valinhos, o Programa “Por uma infância sem racismo”.

Art.2º O Programa “Por uma infância sem racismo” tem como finalidade:

- a) Orientar as famílias sobre formas para contribuir com uma infância livre de racismo;
- b) Valorizar, no poder público, iniciativas de trabalho baseadas em rotina de atendimento sem discriminação para famílias indígenas e negras;
- c) Educar para o respeito e à diferença, compreendendo que a diversidade enriquece nosso conhecimento;
- d) Demonstrar que a diferença é um elemento positivo e que toda criança tem direito de crescer sem que seja discriminada;
- e) Esclarecer as distinções entre preconceito e discriminação, para que as crianças compreendam que se trata de uma violação de direitos;
- f) Orientar e dar apoio às famílias na defesa junto aos serviços públicos, em casos de discriminação, através de denúncia;



C.M.V.
Proc. Nº 5016 / 2021
Fls. 04
Resp. 02

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

g) Fomentar a cultura de não julgar, ou imputar valor ao outro pela cor da pele.

Art.4º O Poder Público Municipal fica autorizado a desenvolver o Programa "Por uma infância sem racismo" de forma cotidiana, inserido no planejamento anual.

Art.5º As despesas decorrentes com a presente Lei decorrerão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos,

Aos

Lucimara Godoy Vilas Boas

Prefeita Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. de VALINHOS

PROC. Nº 5016 /21

F L S. Nº 05

RESP. [Assinatura]

À Comissão de Justiça e Redação,
conforme despacho do Senhor
Presidente em Sessão do dia
30 de novembro de 2021.

Marcos Fureche
Assistente Administrativo
Departamento Legislativo e de Expediente

01/dezembro/2021



C.M.V.
Proc. Nº 5216/21
Fls. 06
Resp. 

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Jurídico nº 502/2021.

Assunto: Projeto de Lei nº 232/2021 – “Dispõe sobre a criação do programa ‘por uma infância sem racismo’, no Município de Valinhos e dá outras providências”.

Referência: Processo Legislativo nº5016/2021.

À Comissão de Justiça e Redação,
Exmo. Vereador Sidmar Rodrigo Toloí.

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Comissão de Justiça e Redação relativo ao projeto em epígrafe, que “Dispõe sobre a criação do programa ‘por uma infância sem racismo’, no Município de Valinhos e dá outras providências”.

Consta da justificativa do projeto:

A presente proposição espelhou-se na campanha construída e efetivada pela UNICEF, na qual figura como principal objetivo, alertar para os impactos sofridos por milhares de crianças e adolescentes que são vítimas da prática atroz de racismo.

Desta maneira, efetivar a prática de uma infância sem racismo é uma das formas de efetivar a equidade em nosso tecido social e a igualdade étnica racial já durante a infância.

Sabemos que há um desafio imenso em relação à efetivação de direitos e à práticas que não incorram em discriminações negativas, contudo é necessário que o Poder Público não se exima e auxilie no combate ao racismo e na defesa de uma sociedade livre desta prática perversa e criminosa.

Acreditamos no caráter emancipador que a educação pode ter e que, através das ferramentas pedagógicas existentes, é possível desfazer nós instaurados por pensamentos pré-concebidos baseados em estereótipos racistas.

Em uma sociedade racista, não basta não sermos racistas. É necessário que sejamos antirracistas (Angela Davis).

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta..



C.M.V.
Proc. Nº 5016/21
Fls. 01
Resp. 

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Ab initio, cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação estabelecida no artigo 38.

Outrossim, ressalta-se que a opinião jurídica exarada neste parecer **não tem força vinculante**, sendo meramente opinativo não fundamentando decisão proferida pelas Comissões e/ou nobres vereadores.

Nesse sentido é o entendimento do C. Supremo Tribunal Federal:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.”
(Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Considerando os aspectos constitucional e legal, passa-se à **análise técnica** do projeto.

A proposta em exame, no que tange à matéria, afigura-se revestida de constitucionalidade, pois por força da Constituição os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CRFB), *in verbis*:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:
!- legislar sobre assuntos de interesse local
(...)”*

Nessa linha, a Lei Orgânica do Município de Valinhos estabelece:

Art. 5º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

[...]

Art. 8º Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, observadas as determinações e a hierarquia constitucional, suplementar a legislação Federal e Estadual e fiscalizar, mediante controle externo, a administração direta ou indireta, as fundações e as empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto, especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

Acerca do conceito de interesse local o saudoso professor Hely Lopes

Meirelles leciona:

*"Interesse local não é interesse exclusivo do Município; não é interesse privativo da localidade; não é interesse único dos municípios. Se se exigisse essa exclusividade, essa privatividade, essa unicidade, bem reduzido ficaria o âmbito da Administração local, aniquilando-se a autonomia de que faz praça a Constituição. Mesmo porque não há interesse municipal que não o seja reflexamente da União e do Estado-membro, como, também, não há interesse regional ou nacional que não ressoe nos Municípios, como partes integrantes da Federação brasileira. **O que define e caracteriza o 'interesse local', inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União". (gn)***

(in Direito Municipal Brasileiro, 6ª ed., atualizada por Izabel Camargo Lopes Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro, 1993, Malheiros, p. 98)

No concernente ao combate ao racismo, a Constituição Federal de 1988 abriga dentre os princípios que regem a República Federativa do Brasil no plano internacional:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: Do mesmo modo, a matéria de que trata o projeto não se amolda a nenhuma das hipóteses de competência privativa do Chefe do Executivo, consoante estabelece a Constituição do Estado de São Paulo de observância obrigatória pelos Municípios:



C.M.V.
Proc. Nº 5016121
Fls. 07
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

[...]

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

E, o Texto Magno impõe à prática do racismo a natureza de crime inafiançável e imprescritível:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Insta mencionar que, recentemente, o Brasil ratificou a adesão à Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância de 2013, que veio à baila para inclusive aperfeiçoar a proteção outrora conferida pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965, a qual foi promulgada pelo Decreto nº 65.810 de 08 de dezembro de 1969.

Nessa senda, cumpre salientar que “os países que ratificam a convenção se comprometem a prevenir, eliminar, proibir e punir, de acordo com suas normas constitucionais e com as regras da convenção, todos os atos e manifestações de racismo, discriminação racial e intolerância”¹.

Em seguimento, quanto à iniciativa legislativa, segue previsão da Constituição do Estado de São Paulo:

Artigo 24 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia (sic) Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

[...]

¹ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/bolsonaro-ratifica-convencao-interamericana-contr-o-racismo>>. Acesso em: 17/12/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:

1 - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;

2 - criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 47, XIX; (NR)

3 - organização da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado, observadas as normas gerais da União;

4 - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (NR)

5 - militares, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para inatividade, bem como fixação ou alteração do efetivo da Polícia Militar; (NR)

6 - criação, alteração ou supressão de cartórios notariais e de registros públicos.

Por seu turno, a Lei Orgânica do Município de Valinhos dispõe:

Art. 48. Compete, exclusivamente, ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;

II - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública;

III - servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

IV - abertura de créditos adicionais.

Acerca dos limites da competência legislativa municipal dos membros do Poder Legislativo destacamos decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal que arbitrou os limites da deflagração legislativa. Trata-se do Tema nº 917 de repercussão geral (Paradigma ARE 878911), que recebeu a seguinte redação:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)".

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido. (ARE 878911 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 29/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-217 DIVULG 10-10-2016 PUBLIC 11-10-2016)*

Assim, consoante entendimento da Suprema Corte (Tema 917 Repercussão Geral) a iniciativa dos vereadores é ampla, encontrando limites naqueles assuntos afetos diretamente ao Chefe do Poder Executivo, quais sejam, a estruturação da Administração Pública; a atribuição de seus órgãos e o regime jurídico de servidores públicos, ainda que as propostas legislativas impliquem em criação de despesas.

Todavia, ressaltamos entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pela **inconstitucionalidade de leis autorizativas**, senão vejamos:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 3.692, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA QUE 'DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO CHAMADO BOCA DE LOBO INTELIGENTE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS' - MATÉRIA TÍPICA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, QUE INCUMBE EXCLUSIVAMENTE AO PREFEITO - LEI DE NATUREZA AUTORIZATIVA - INADMISSIBILIDADE - PREFEITO NÃO PRECISA DE AUTORIZAÇÃO DO LEGISLATIVO PARA O EXERCÍCIO DE ATOS DE SUA EXCLUSIVA OU MESMO CONCORRENTE COMPETÊNCIA - DESRESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA RESERVA



C.M.V.
Proc. Nº 5016, 21
Fls. 12
Resp. 4

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

DE ADMINISTRAÇÃO E DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - OFENSA AOS ARTIGOS 5º, 47, INCISOS II, XIV E XIX, LETRA 'A', E 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - INEXISTÊNCIA, CONTUDO, DE AFRONTA AO ARTIGO 25 DA CARTA BANDEIRANTE - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA - AÇÃO PROCEDENTE". "O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo". **"Nos termos do artigo 5º, caput, da Constituição Bandeirante, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si. Disso decorre que o Prefeito goza de autonomia e independência em relação à Câmara Municipal, que não podem ser violadas mediante elaboração legislativa que tenha por escopo autorizar o Alcaide a desempenhar atribuição já assegurada pela própria ordem constitucional".** "A ausência de dotação orçamentária apenas conduz à inexecutabilidade da norma no ano em que foi aprovada, não traduzindo infringência ao disposto no artigo 25 da Constituição Estadual".

(TJSP. Direta de Inconstitucionalidade 2288284-05.2019.8.26.0000; Relator (a): Renato Sartorelli; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 15/07/2020; Data de Registro: 16/07/2020)

Destarte, consoante jurisprudência acima o projeto de lei em tela afronta o princípio da harmonia e independência entre os Poderes contemplado na Constituição Federal (art. 2º), na Constituição Estadual (art. 5º) e também na Lei Orgânica do Município (art. 1º).

Assim, caso a Comissão de Justiça e Redação compartilhe desse entendimento poderá valer-se do trâmite previsto na Resolução nº 09, de 22 de outubro de 2013, por se tratar de projeto que dispõe sobre matéria inerente ao Poder Executivo.

Resolução nº 09, de 22 de outubro de 2013.

Disciplina procedimento relativo a Projeto de Lei de natureza autorizativa, na forma como especifica.

[...]



C.M.V.
Proc. Nº 5016, 21
Fls. 73
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 1º. O Projeto de Lei de natureza autorizativa, que disponha sobre matéria que discipline atos administrativos ou atribuições inerentes ao Poder Executivo, ou ainda à estrutura ou organização administrativa deste, cuja iniciativa tenha sido da Câmara Municipal, por proposição de autoria de qualquer de seus Vereadores, em conjunto ou separadamente, obedecerá ao procedimento prescrito na presente Resolução.

Art. 2º. O Projeto de Lei que trata o artigo anterior, após manifestação da Comissão de Justiça e Redação será convertido em "Minuta de Projeto de Lei" mediante deliberação da Mesa Diretora e, nesta forma, encaminhado ao Chefe do Executivo Municipal por meio de Indicação nos termos do Regimento Interno.

[...]

Ante o exposto, em que pese a louvável intenção do Nobre Edil, consoante entendimento da E. Corte de Justiça Paulista, a proposta não reúne condições de constitucionalidade, no entanto, caso assim entenda, a Comissão de Justiça e Redação poderá propor que seja convertida em minuta de projeto de lei nos termos regimentais. **Sobre o mérito, o Plenário é soberano.**

É o parecer, a superior consideração.

Procuradoria, 17 de dezembro de 2021.

Tiago Fadel Malghosian
Procurador - OAB/SP 319.159



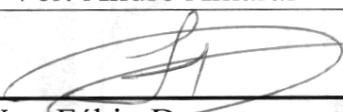
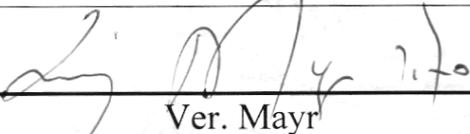
CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

CAM: 5096, 21
Proc. Nº 19
Fis. _____
Resp. _____

Comissão de Justiça e Redação

Parecer ao Projeto de Lei n.º 232 /2021

Ementa : Que “Dispõe sobre a criação do programa ‘por uma infância sem racismo’, no Município de Valinhos e da outras providências”.

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Rodrigo Toloi	()	(X)
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
Ver. André Amaral	()	()
 Ver. Fábio Damasceno	()	(X)
Ver. Edinho Garcia	()	()
 Ver. Mayr	()	(X)

Valinhos, 28 de janeiro de 2022.

Parecer: A Comissão analisou nesta data o referido Projeto de Lei e quanto ao seu mérito relativo a Justiça e Redação, dá o seu **PARECER** CONTRÁRIO.

EM SESSÃO DE 08/02/22
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

(Observações: _____)



C.M.V. _____
Proc. Nº 5016, 21
Fls. 13
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PARA ORDEM DO DIA DE 15,02,22


Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

VISTA AO SR. VEREADOR MARCELO KOSHIDA
EM SESSÃO DE 15,02,22 ATÉ 25,02,22

.....
PRESIDENTE

Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.M.
Proc. Nº 5016/21
Fls. 16
Resp. (assinatura)

PARA ORDEM DO DIA DE 02/03/22

(assinatura)
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Parecer contrário da CSR:

REJEITADO(A)
em Sessão de 02/03/22

(assinatura)
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

*Encaminhe-se às
Comissões de:
- Finanças e Orçamento
- Defesa dos Direitos
Humanos*

(assinatura)
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. Nº 5016, 21
Fls. 17
Resp. [assinatura]

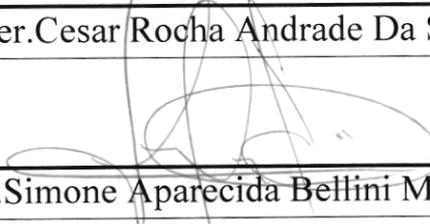
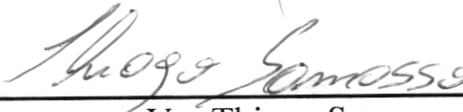
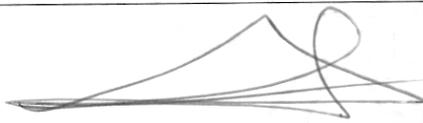
Comissão de Finanças e Orçamento

EM SESSÃO DE 22, 03, 22

Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Projeto de Lei nº232/2021

EMENTA: Dispõe sobre a criação do Programa por uma Infância sem racismo no Município de Valinhos e dá outras providências.

PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Antonio Soares Gomes Filho	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
AUSENTE Ver. Cesar Rocha Andrade Da Silva	()	()
 Ver. Simone Aparecida Bellini Marcatto	(X)	()
 Ver. Thiago Samasso	(X)	()
 Ver. Alexandre Japa	(X)	()

Parecer: A Comissão analisou nesta data, em reunião ao Projeto de Lei nº232/2021 e quanto ao seu mérito relativo a finanças e orçamento, dá o seu **Parecer FAVORÁVEL**.

Valinhos, aos 09 de Março 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. Nº 5016, 21
Fls. 18
Resp. _____

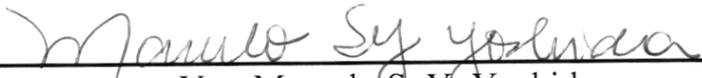
170 (EXPI) EM SESSÃO DE 23/03/22

Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

Parecer ao Projeto de Lei nº 232/2021.

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a criação do Programa Por uma Infância sem Racismo no município de Valinhos e dá outras providências.

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Marcelo S. Y. Yoshida	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Alécio Cau	(X)	()
 Ver. César Rocha	(X)	()
 Ver. Henrique Conti	(X)	()
 Ver. Mônica Morandi	()	()

Valinhos, 16 de março de 2022.

Parecer: A Comissão analisou nesta data o referido Projeto e quanto ao seu mérito dá o seu **PARECER** FAVORÁVEL.

(Observações: _____)



C.M.M.
Proc. Nº 5016/21
Fls. 19
Resp. [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PARA ORDEM DO DIA DE 29,03,22

[Signature]
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Aprovado por unanimidade e dispensado de
Segunda Discussão em sessão de 29/03/22
Providencie-se e em seguida archive-se.

[Signature]
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Segue Autógrafo nº 34 / 22

[Signature]
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos



Proc. Nº 5016/21
Fls. 20
Resp. 

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO



Ofício nº 781/2022/DLE/P

Valinhos, 5 de abril de 2022.

Senhora Prefeita,

Valemo-nos do presente para, cumprimentando Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei Orgânica Municipal, encaminhar-lhe o **autógrafo de projeto de lei** em anexo, aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis em sessão de 29 de março de 2022, para os devidos fins.

Ao ensejo, renovamos os protestos de nossa consideração e respeito.

FRANKLIN DUARTE DE LIMA
Presidente

Recebido
05/04/2022
11:40

EVANDRO RÉGIS ZANI
Subchefe do Gabinete da Prefeita
Respondendo pelo D.T.L./S.A.J.I

Anexo: Autógrafo nº 34/2022 ao Projeto de Lei nº 232/2021

Exma. Sra.
LUCIMARA GODOY VILAS BOAS
Prefeita Municipal
Prefeitura Municipal de Valinhos



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.
Proc. Nº 5016, 21
Fls. 21
Resp.

AUTÓGRAFO Nº 34/2022 AO PROJETO DE LEI Nº 232/2021

Dispõe sobre a criação do Programa “Por uma infância sem racismo”, no município de Valinhos e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º da Lei Orgânica do Município, **APROVOU** e encaminha ao Poder Executivo Municipal, para sanção e promulgação, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Município de Valinhos, o programa “Por uma infância sem racismo”.

Art. 2º. O programa “Por uma infância sem racismo” tem como finalidades:

- a) orientar as famílias sobre formas para contribuir com uma infância livre de racismo;
- b) valorizar, no poder público, iniciativas de trabalho baseadas em rotina de atendimento sem discriminação para famílias indígenas e negras;
- c) educar para o respeito e à diferença, compreendendo que a diversidade enriquece nosso conhecimento;
- d) demonstrar que a diferença é um elemento positivo e que toda criança tem direito de crescer sem que seja discriminada;
- e) esclarecer as distinções entre preconceito e discriminação, para que as crianças compreendam que se trata de uma violação de direitos;
- f) orientar e dar apoio às famílias na defesa junto aos serviços públicos, em casos de discriminação, através de denúncia; e
- g) fomentar a cultura de não julgar, ou imputar valor ao outro pela cor da pele.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. Nº 5096, 21
Fls. 12
Resp. [assinatura]

Art. 3º. O Poder Público Municipal fica autorizado a desenvolver o Programa “Por uma infância sem racismo” de forma cotidiana, inserido no planejamento anual.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a presente Lei decorrerão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Valinhos,
aos 29 de março de 2022.


Franklin Duarte de Lima
Presidente


Luiz Mayr Neto
1º Secretário

Simone Aparecida Bellini Marcatto
2ª Secretária

Projeto de Lei de iniciativa do vereador Marcelo Sussumu Yanachi Yoshida.